

## QUEM SÃO OS TRABALHADORES? REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA CARIOCA

Lívia Cintra Berdu  
Doutoranda – Universidade Federal Fluminense (UFF)  
[livia\\_berdu@hotmail.com](mailto:livia_berdu@hotmail.com)

Assim como já apontaram diversos historiadores<sup>1</sup>, a produção historiográfica sobre a classe trabalhadora e o movimento operário no Brasil possui grande relação com os impulsos e refluxos do movimento operário e sindical no país. Assim, para uma análise ou balanço nesse campo de estudos, é necessário ter em mente tanto os avanços, quanto os recuos objetivos na luta de classes verificados no período em que determinada produção historiográfica foi realizada.

Em um importante balanço a respeito da historiografia do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil escrito em 1998, o historiador Claudio Batalha concentrou-se no período compreendido entre a década de 1950 e final da década de 1990 para sua análise (BATALHA, 2001). Naquele trabalho, o autor faz alguns apontamentos sobre os caminhos percorridos e as inúmeras debilidades existentes nas análises feitas até então, e parte da chamada “produção militante”, na qual sobressaíam as efemérides, cortes ou histórias inaugurais, como greves, congressos, publicações e fundações de associações e partidos no início da segunda metade do século XX, passando pelas sínteses sociológicas na década de 60, nas quais são introduzidas e cristalizadas noções como a origem exclusivamente estrangeira da classe trabalhadora, o vínculo entre esta e a introdução do anarquismo no país, além da hipotética hegemonia desta corrente libertária no movimento sindical da Primeira República. O autor aponta ainda sobre a existência, nos trabalhos abordados, de uma recorrente tendência de se generalizar, para a escala nacional, supostos aspectos particulares de âmbito regional no que tange à formação da classe trabalhadora. Assim, o que supostamente seria o perfil paulista dessa classe, isto é, eminentemente européia e com forte influência anarquista – concepção que acaba por desconsiderar suas distintas nuances em termos étnicos, raciais, assim

---

<sup>1</sup> Algumas reflexões contidas nesse texto são parte de exposições feitas em sala de aula pelo professor Marcelo Badaró Mattos durante o curso “História Social do Trabalho: fronteiras, propostas e desafios”, ministrado no primeiro semestre de 2016 no curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense – UFF.

como suas diversas formas de organização política presentes em seu complexo processo de formação – é tomado como um padrão nacional, aplicado ao conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Em relação à década de 1970, momento em que pode ser considerado como aquele em que a historiografia propriamente dita entrou nesse campo de estudos, o mesmo autor expõe a decisiva contribuição de trabalhos feitos pelos historiadores norte-americanos especializados em pesquisas sobre o Brasil. Segundo Batalha, os chamados “brasilianistas” inseriram um uso muito mais vasto e rigoroso de fontes, além da fundamental importância representada pelo surgimento de centros de documentação no país e no mundo nessa década.

Como sugere o autor, o atraso dos historiadores brasileiros em se debruçar sobre tal área é derivado também do contexto da ditadura militar em que o país estava inserido, o que limitava em função da censura ideológica existente nas universidades, os estudos e pesquisas relacionados aos trabalhadores e às suas formas de organização. Assim, seria em fins da década de 1970 e início da de 1980, com a ebulição política e a ascensão do movimento operário naquele período final da ditadura militar, quando milhares de trabalhadores se mobilizavam nas greves do ABC paulista e quando se verificou uma considerável redução da repressão política nas ruas e universidades, é que teve lugar uma ampliação na produção acadêmica nessa área. Sobre muitos dos trabalhos então produzidos, é importante assinalar a forte influência da produção historiográfica internacional, com destaque para a historiografia marxista inglesa de autores como E. P. Thompson e Eric Hobsbawn, assim como da historiadora francesa Michelle Perrot. (BATALHA, 2001, p.146-152)

Contudo, apesar de sua visível expansão com diversificação de fontes, ampliação de temas e recortes que extrapolavam os marcos do que até então se entendia por história da classe trabalhadora (isto é, a história de sua parcela organizada) – o que permitiria, então se debruçar na própria classe trabalhadora –, a década de 1980 possui também diversos elementos de fragmentação e crise em sua produção, como aponta o mesmo autor. A teoria passou a ser uma preocupação menor por parte dos historiadores, além dos recortes cronológicos e historiográficos passarem a ser cada vez mais

fracionados e limitados. Com a crise internacional do chamado “socialismo real” e a queda do muro em 1989, se abre um forte debate teórico e metodológico sobre a crise do marxismo e da história do trabalho em dimensões internacionais, que se expressa na crença do desaparecimento do próprio objeto de estudo, ou seja, da classe operária, e consequentemente, numa grande redução das produções acadêmicas sobre a mesma. (BATALHA, 2001, p. 153-155)

Ao final de seu balanço, Batalha apresenta alguns elementos que ele acredita serem necessários para, então, se avançar no campo da história social do trabalho, como a correta necessidade de ultrapassar o eixo Rio/São Paulo nas pesquisas, (passando a analisar realidades regionais do país), a adoção de uma periodização mais alargada nos estudos, além de uma reavaliação das fontes tradicionais e extensão das já utilizadas.

Em outro balanço sobre o tema, escrito em 2006 (e dotado, agora, de um tom mais otimista), o mesmo autor reconhece distintos avanços feitos pelos historiadores e aponta novos desafios colocados nesse campo de estudos, sobretudo um maior enfoque na reflexão metodológica. É importante enfatizar ainda, que Batalha admite que seu artigo anterior consiste num texto claramente datado e com debilidades por não refletir as mudanças ocorridas nos últimos anos do século XX e primeiros anos do século XXI na produção historiográfica. (BATALHA, 2006, p.88)

E é partindo dessa autocrítica que o historiador efetua este novo balanço historiográfico atestando inúmeras conquistas nesse campo de estudos desde o final dos anos 1990, passando por uma ampliação não só em relação aos temas, mas também acerca das abordagens e enfoques feitos pelos pesquisadores do trabalho. O historiador assinala o alargamento dos limites cronológicos em comparação aos períodos anteriores, além do positivo fato de os historiadores terem se debruçado sobre períodos cada vez mais recentes. Ademais, cita a inegável expansão em relação aos recortes geográficos que antes concentravam-se em grande parte no eixo Rio/São Paulo e que nas últimas décadas ampliaram-se para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Pará e Amazonas. (BATALHA, 2006, p.90)

É importante destacar ainda, alguns elementos de fundo mais teórico-político levantados pelo historiador acerca dos avanços no período recente na historiografia do trabalho tanto em âmbito nacional, quanto internacional, isto é, as discussões em relação ao próprio objeto de estudo e pesquisa dos historiadores do trabalho. Se, por um lado, nos anos 1990 foi decretada a morte da classe trabalhadora e, por consequência, houve – conforme antecipamos – um refluxo na produção historiográfica acerca dos trabalhadores e suas formas de organização, podemos afirmar que nas últimas duas décadas temos estado diante de uma ampliação nas reflexões no que tange a quem abranger na história do trabalho.

Além do elemento já em grande parte superado de que a classe trabalhadora se resumiria ao operariado fabril, podemos ver atualmente que o abarcamento de trabalhadores livres e não livres, rurais e urbanos, contratados e temporários, assalariados, autônomos e terceirizados é cada vez mais consenso entre os historiadores desse campo de estudos. A inclusão de trabalhadores escravizados na história do trabalho, em particular, apesar de ser brevemente citada por Batalha, consiste num fato que já não é (ou não deveria ser) mais novidade nessa área, como tem demonstrado pesquisas recentes.<sup>2</sup> Tal fato está ligado também ao questionamento dos antigos marcos cronológicos impostos na/pela historiografia às pesquisas sobre a classe trabalhadora, como o final da escravidão em 1888 ou o início da Primeira República em 1889, dando espaço agora a uma “ampliação inversa, rumo ao passado, da cronologia inicial dos estudos do trabalho”. (BATALHA, 2006, p.90)

Contudo, o autor, ao identificar uma mudança que de fato vem acontecendo nos estudos do trabalho (e na historiografia em geral), a saber, a não mais preponderância do conceito de classe social, comete um deslize. Apesar de apontar corretamente sobre a incorporação dos necessários recortes de raça, gênero e etnia à questão da classe, o autor parece insinuar que seriam positivas as recorrentes pressões fragmentárias também presentes nos atuais estudos sobre a classe trabalhadora e os setores oprimidos no modo de produção capitalista. Segundo Batalha:

---

<sup>2</sup> Diversas pesquisas recentes podem servir de exemplos nesse sentido, como: *Escravidãos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca* de Marcelo Badaró Mattos, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)* de Beatriz Ana Loner, assim como diversas obras dos historiadores João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Robério Santos Souza.

A própria noção de classe social, conceito central nesse campo de estudos, sem deixar de estar presente, não reina mais absoluta. Mostrando-se cada vez mais sensível a outros recortes além do de classe, tais como gênero, raça e etnia, a história do trabalho nos últimos anos ao invés de contrapor esses diversos recortes, tenta integrá-los. Os temas tratados pela história do trabalho já não privilegiam esse ou aquele aspecto, tendem a ter mais atenção com a diferença e com a complexidade da realidade. A história do trabalho tradicional preocupava-se essencialmente com os aspectos que unificavam os trabalhadores; sem abandonar essa dimensão essencial para a compreensão da ação classista, está cada vez mais atenta àquilo que os divide (origens étnicas, diferenças de ganhos e de status social, crenças, etc.). (BATALHA, 2006, p.89)

Como já colocado no parágrafo anterior, apesar de afirmarmos a necessidade de um olhar sobre a classe trabalhadora que reflita sobre os fundamentais contornos de gênero, raça e etnia, principalmente considerando o processo de formação do capitalismo e da própria classe trabalhadora brasileira estruturados sob a égide da escravidão negra, acreditamos ser necessário um esforço no sentido de identificar os elementos que de fato unifiquem esses setores, a partir de sua condição comum e determinante de explorados materialmente pelo modo de produção capitalista. Ademais, é fato que nas últimas décadas há o crescimento de uma vertente teórica na academia de forte teor fragmentário, a qual questiona categorias antes tomadas como universais e que agora são tidas não só como equivocadas, mas também eurocêntricas, o que incluem as próprias – e principalmente – categorias marxistas. Nesse sentido, o historiador parece não possuir grandes inquietações críticas quando trata de forma um tanto laudatória tal tendência fracionária na historiografia do trabalho.

Num segundo momento do artigo, dedicado aos desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores, o autor enfatiza o fato de que o ano de 1888 ainda constitui-se num marco cronológico com o qual poucos rompem e, por isso, transitar do universo da escravidão para o mundo do trabalho ainda consiste numa excentricidade, ainda que tal necessidade já tenha sido indicada por Silvia Hunold Lara no final da década de 1990 com seu precursor artigo *“Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”*. Nesse mesmo texto, Lara opina que a ausência dos trabalhadores escravizados e posteriormente libertos na historiografia do trabalho provém de uma espécie de abstenção por parte dos historiadores na década de 1970, abstenção esta que expressaria uma adaptação à narrativa dominante que sempre se esforçou por omitir os dados relativos a esses sujeitos nos espaços de trabalho. Para ela, a historiografia da

“transição” (da escravidão para o trabalho livre e assalariado), bem como a “teoria da substituição” (dos trabalhadores escravizados pelos imigrantes europeus) seria tributária das tradições sociológicas das décadas de 1950 e 1960<sup>3</sup>, reforçando, assim, ideias como a de que os escravizados eram seres coisificados, destituídos de tradições de organização e resistência e arruinados pela extrema violência de seus senhores, quanto que, por sua vez, os imigrantes europeus teriam sido trabalhadores conscientes e combativos (LARA, 1998). No seguinte trecho a historiadora pontua:

De modo geral a oposição entre escravidão e trabalho livre, e os paradigmas da “transição” e da substituição encarregam-se de afastar os ex-escravos da cena histórica. Diante dos números impressionantes do contingente imigrante e da ausência de dados censitários sobre os negros, o silêncio parecia explicar-se por si mesmo – corroborado pelos paradigmas que governavam a explicação histórica na bibliografia sobre a escravidão e sobre os “trabalhadores”. (LARA, 1998, p.33)

Se, por um lado, é bastante correta a análise da autora a respeito do apagamento desses sujeitos da historiografia até um período bastante recente -, devido tanto aos registros oficiais e censos demográficos imediatamente posteriores à abolição que os anulavam, quanto a uma certa falta de tensionamento dos próprios pesquisadores na busca desses dados em inúmeras outras fontes -, é certo que alguns historiadores têm se deixado levar por interpretações teóricas em alguma medida reducionistas, na medida em que rejeitam o que chamam de teorias “totalizantes”, como o próprio marxismo. No seguinte trecho, Sílvia Lara sinaliza que “explicações economicistas”, além da já citada literatura sobre a transição têm sido insuficientes para responder questões relacionadas à cidadania de homens e mulheres negros no período após a abolição, fazendo uma clara alusão à interpretação marxista na qual a questão da classe seria uma suposta interpretação economicista ou determinista para a análise da questão racial no Brasil:

Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não foi considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído. Passaram a ser vistos como uma massa de “trabalhadores”, nacionais indolentes e apáticos (na visão dos teóricos do final do século XIX) ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão: “trabalhadores” que não trabalham ou então “trabalhadores” que são incapazes de trabalhar... Por isso, desapareceram, literalmente, da

---

<sup>3</sup>Tendo como principais expoentes os autores da chamada Escola Paulista de Sociologia da USP Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros.

história. Por isso, apoiada em explicações economicistas ou em dados demográficos, a literatura sobre a transição não conseguiu, até hoje, dar foros de cidadania a milhares de homens e mulheres de pele escura que construíram suas vidas sob o signo da escravidão e, principalmente, de uma liberdade que, embora conquistada, nunca conseguiu ser completa. (LARA, 1998, p.38)

Assim, ainda que Lara se contraponha corretamente à visão bastante disseminada em relação aos trabalhadores libertos (vistos como apáticos, anômicos e desajustados para o trabalho) <sup>4</sup>, fica visível que para a autora a condição de “trabalhadores”, ou seja, a não distinção entre brancos e negros e a consequente diluição de sua cor de pele nesse termo, é não só reducionista, como também equivocada. Dessa forma, ainda que as particularidades devam ser consideradas, a condição que unifica tais sujeitos enquanto explorados materialmente, é rejeitada, enquanto a característica que os diferencia, e consequentemente os fragmenta, é reivindicada.

Retomando o texto de Batalha, convém assinalar que o autor faz algumas interessantes indagações a respeito dos trabalhadores escravizados e livres, colocando a questão sobre a melhor forma de classificá-los (seu pertencimento ou não à classe trabalhadora). O autor anota também a tendência ainda presente nos autores de claro viés thompsoniano na utilização da noção de classe como categoria heurístico-analítica e não como uma realidade histórica que situaria os escravizados enquanto classe: “Escravos e trabalhadores livres constituem uma única classe trabalhadora ou de fato são classes distintas, tanto em termos jurídicos (o que é óbvio), como em suas aspirações?” (BATALHA, 2006, p.92). Em desacordo com o historiador Sidney Chalhoub, Batalha refere-se a E. P. Thompson e ao seu conceito de “luta de classes sem classes” para pontuar que, diferentemente das análises do historiador inglês que se concentravam num período anterior ao processo de formação da classe operária na Inglaterra, e que tinham como objetivo descrever uma sociedade em que as classes sociais ainda não se entendiam enquanto tais, a interpretação sobre o Brasil durante a segunda década do século XIX deveria ser encarada de forma distinta, já que nesse

---

<sup>4</sup> Esta lógica pode ser identificada em obras como “*A integração do negro na sociedade de classes*” de 1964 de Florestan Fernandes e “*Raças e classes sociais no Brasil*” de Octavio Ianni de 1987. Contudo, é importante enfatizar o evidente avanço político e intelectual de Florestan ao longo de sua trajetória em relação à questão racial no Brasil, como fica expresso em obras como “*O negro no mundo dos brancos*”, de 1972 e especialmente na obra “*O Significado do Protesto Negro*” de 1989.

período havia distintos exemplos de organizações e formas de solidariedade em moldes classistas. (BATALHA, 2006, p. 92)

Antes de nos atermos diretamente a Thompson, acreditamos ser necessária uma breve introdução a respeito do conceito de “classe” segundo Marx e Engels, bem como alguns importantes historiadores marxistas que se debruçaram sobre a reflexão da formação da classe e outras categorias marxistas como “luta de classes” e “consciência de classe”. Em um denso trabalho sobre o processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro durante o período concentrado entre 1850 e 1910, o historiador Marcelo Badaró Mattos expõe com bastante clareza:

O uso contemporâneo do termo classe tende a indicar uma nova categoria de análise da realidade social, capaz de dar conta das desigualdades econômico sociais na sociedade capitalista. Indica também um momento de auto-representação consciente dos trabalhadores no que se refere à sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação a outra(s) classe(s). Tal processo, cuja natureza política é inegável, relaciona-se à expansão das ideias socialistas. Em especial, vincula-se às propostas de interpretação da realidade social defendidas por Marx e Engels desde a década de 1840. Embora seja possível observar outras matrizes de aplicação do conceito de classe social, é a partir das propostas de Marx e Engels que as ciências sociais passam a incorporar a classe ao seu arsenal analítico e, mesmo quando divergindo do marxismo, nele tiveram o interlocutor e a referência centrais no debate sobre o uso do conceito. (MATTOS, 2013, p.22)

Marx e Engels, ao analisarem a estrutura econômico-social do capitalismo, defendiam que a classe só se forjava a partir de sua contraposição à outra classe, e desse conflito de interesses era possível a tomada de consciência de sua posição social e então, dali, poderia ser gerado um prelúdio para um projeto político emancipatório. (MATTOS, 2013, p.35). Sendo assim, a categoria de *classe* é encarada de forma essencialmente relacional, ou seja, entrelaçada às categorias de luta de classes e consciência de classe, tendo a penúltima um papel central nesse processo. No seguinte trecho os autores afirmam:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser

suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho. (MARX; ENGELS, 1986, p. 84 apud MATTOS, 2013, p.35)

Assim, para Marx e Engels as condições objetivas de vida da classe trabalhadora, isto é, sua posição social na estrutura produtiva do capital e sua condição de não possuidores do seu próprio trabalho e também do produto de seu trabalho, consistem nos elementos que os subordinam à sua própria condição de trabalhadores e pertencentes a essa mesma classe. Por outro lado, dialeticamente, o sentido de “pertencimento” só se torna possível a partir da luta coletiva desses mesmos trabalhadores unidos e em conflito com a classe dominante e detentora do seu trabalho e da propriedade privada.

A partir dessa reflexão, podemos observar como as definições da categoria de classe para Thompson encontram lastro teórico na produção de Marx e Engels e que ao investigar sua formação busca relacionar elementos sociais e culturais às mesmas – como morais, valores e crenças – entendendo todos esses como componentes associados no processo de forjar sua identidade enquanto classe, para além do espaço estritamente produtivo. Além disso, encarando esse conceito enquanto uma categoria histórica e desde sua perspectiva relacional, o historiador coloca que o desenvolvimento da classe está diretamente ligado ao “comportamento classista” dos sujeitos, ou seja, o conjunto de ações e reações que orientam no sentido de um estágio de formação “madura” das classes e que se torna passível de ser comparado em distintos países e realidades, por seu caráter eminentemente universal:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc. (THOMPSON, 2012, p. 270)

A partir do caráter desse conceito enquanto processo e relação, o que implica que esta não pode ser explicada através de um raciocínio linear e estático no tempo, quanto mais tendo um momento exato como seu marco incipiente, no trecho seguinte Thompson argumenta sobre a profunda relação existente entre o conceito de classe e os

outros conceitos marxistas como luta de classes e consciência de classe, inseparáveis entre si:

(...) A meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes. (THOMPSON, 2012, p. 274)

Nessa clássica passagem, o autor inglês deixa claro que, para ele, é também justamente a partir do conflito entre os distintos interesses, e durante esse processo de embate dos mesmos, que se forja a consciência de classe, quando só então seria possível falar em termos de classe social. Thompson se contrapõe ainda aos setores do marxismo que insistem em denominar como classe, os grupos destituídos de consciência de classe ou de cultura de classe, pois, segundo sua concepção, estes não podem ser definidos enquanto tal. O historiador defende então que “Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica.” (THOMPSON, 2012, p. 279)

Como já colocado por Claudio Batalha em seu balanço mais atual e amplamente citado no início desse trabalho, distintos são os desafios contemporâneos assim como as iniciativas e contribuições na historiografia do trabalho e da classe trabalhadora ao redor do mundo. Um exemplo bastante em voga atualmente consiste na chamada “História Global do Trabalho”, liderada pelo historiador holandês Marcel Van der Linden com seu projeto ligado ao Instituto Internacional de História Social de Amsterdã, que possui a história comparativa como método, e que a partir do levantamento de diversas

hipóteses acerca de um tema, interliga pesquisadores de diferentes partes do mundo e relaciona os resultados de seus trabalhos.(BATALHA, 2006, p. 97)

A História Global do Trabalho propõe um foco transnacional e até transcontinental das relações de trabalho e movimentos sociais de trabalhadores, através de ligações mais amplas possíveis e os recortes temporais com limites cada vez mais diluídos. Linden sugere ainda a superação das divisões entre trabalho livre e trabalho não livre, remunerado e não remunerado, e por outro lado, a inclusão dos setores pertencentes à classe de empregadores, autoridades públicas, e que também o âmbito familiar e pessoal do trabalhador ganhem um maior espaço, onde as relações de gênero desempenham papel importante. (LINDEN, 2009)

Para o historiador holandês, a obra *A formação da classe operária inglesa* de Thompson foi um grande marco no campo da História Social ao enfatizar a cultura e a consciência de classe, sendo capaz de transformar a história do trabalho em história da classe trabalhadora, marcando ainda a transição da chamada Velha História do Trabalho para a Nova História do Trabalho. Segundo o autor, enquanto a primeira tinha um caráter basicamente institucional, focada na descrição organizacional de desenvolvimentos, debates políticos, greves e líderes operários, a segunda tentou contextualizar as lutas dos trabalhadores de forma mais integral. Van der Linden opina que a Nova História do Trabalho das décadas de 1970 e 1980 introduziu radical renovação na área de estudos do trabalho, passando a refletir acerca dos processos e cultura cotidianos e incorporando relações de gênero, raça, etnia e elementos ligados às estruturas domésticas, à sexualidade e às políticas informais. Outro ponto levantado pelo historiador consiste na ampliação geográfica desses estudos, que antes eram focados em países de capitalismo avançado e atualmente passaram a ter um projeto mais global. Linden argumenta que o campo de estudos emergente da história do trabalho na Europa do século XIX e depois na América do Norte, caracterizou-se inicialmente numa combinação de “nacionalismo metodológico” e eurocentrismo onde predominava o pensamento monadológico, que pouco buscava de interrelações e comparações entre distintos espaços, com o qual o autor se propõe a romper. (LINDEN, 2009, p. 2-3)

Entretanto, o historiador parte de uma leitura – em certa medida – reducionista do marxismo, ao defender a necessidade de uma ampliação do conceito marxista de classe trabalhadora com a justificativa de que Marx teria sugerido em *O Capital* que a força de trabalho só poderia se tornar uma mercadoria na única forma verdadeiramente capitalista, isto é, exclusivamente através do trabalho assalariado livre. Apesar de na sua obra *Trabalhadores do Mundo* a proposta de inclusão de trabalhadores escravizados ser um dos pontos centrais, por exemplo, e consistir ainda em uma grande mudança na historiografia do trabalho, o autor não se propõe a fazer uma interpretação e críticas mais profundas à teoria marxista, como se expressa no seguinte trecho:

(...) Marx partiu do pressuposto de que a força de trabalho só pode se transformar numa mercadoria, num objeto de comércio, de *uma única* maneira “verdadeiramente” capitalista, ou seja, por meio do *trabalho assalariado livre*, no qual o trabalhador, “como indivíduo livre, pode dispor de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence”, e que ele “não possui outra mercadoria que possa colocar à venda”. Ele ressaltou que “a força de trabalho só pode surgir no mercado como uma mercadoria se, e na medida em que, seu possuidor, o indivíduo que a detém, colocá-la à venda ou vendê-la como mercadoria”. O conceito estreito de classe trabalhadora baseia-se nessa idéia. Se apenas a força de trabalho dos assalariados *livres* é mercantilizada, fica subentendido que, no capitalismo, a “verdadeira” classe trabalhadora só pode consistir desses trabalhadores. (LINDEN, 2013, p.29)

Sabemos que não é novidade a falsa idéia de que Marx e Engels desconsideraram o trabalho escravo em seus estudos, mas pelo fato de terem priorizado os trabalhadores assalariados e ter como objetivo central a análise do funcionamento do modo de produção capitalista, não significa que estes simplesmente tenham deixado de lado esta grande parcela daqueles que integravam a força de trabalho no século XIX em várias partes do mundo, no mesmo período em que os autores efetuavam seus escritos sobre a sociedade capitalista.

No célebre capítulo XXIV de sua brilhante obra *O Capital – Crítica da Economia Política*, intitulado “A chamada acumulação primitiva” Marx aborda o processo de proletarianização do produtor rural, e defende que o ponto de partida do desenvolvimento que deu origem ao modo de produção capitalista e ao trabalhador assalariado, consiste exatamente no momento em que se inicia a subjugação desse trabalhador. A denominada “pré-história do capital”, ou seja, a acumulação primitiva de capitais nos países europeus na passagem da expropriação à exploração configurou-se

num violento processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção.

Marx desenvolve:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações européias, tendo o globo terrestre como palco. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para outro. A violência é a parceira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 821)

Ao contrário do que insiste grande parte dos historiadores pertencentes ao campo da historiografia do trabalho e também da historiografia de uma forma geral, esta passagem deixa bastante claro que Marx considerava a escravidão da população africana e seu sequestro para a utilização de sua força de trabalho nas Américas como um fator estruturante no surgimento e fortalecimento do capitalismo europeu. Portanto, a acusação de que o autor tenha tido uma concepção eurocêntrica em suas análises a respeito da formação do capitalismo – ainda que durante o século XIX era na Europa onde de fato se constatava o avanço das forças produtivas – é expressamente equivocada.

Assim, apesar das contribuições trazidas pela História Global, o ecletismo teórico sugerido por Linden e sua proposta metodológica, ou seja, sua opinião de que é possível fazer uma história global utilizando várias perspectivas teóricas distintas, está em grande medida ligado à sua concepção do conceito marxista de *classe trabalhadora* e a ideia de que o mesmo possui um sentido mais restrito do que este de fato propõe. Se por um lado o conceito de trabalhadores subalternos levantado pelo historiador, – que possuiria uma abrangência muito mais geral e que incluiria os assalariados, escravizados, trabalhadores contratados por tempo determinado e todos aqueles que são subordinados ao trabalho e ao capital – preencheria essa suposta lacuna presente no

conceito marxista de classe trabalhadora, o mesmo não é acompanhado de um debate a respeito da consciência de classe e da luta de classes, assim como fazem Marx e Engels e também o historiador inglês E. P. Thompson. Além disso, Marcel van der Linden questiona se os “trabalhadores assalariados livres” de Marx ainda existem realmente, com a justificativa de que no capitalismo encontramos uma variedade quase infinita de tipos de produtores, e que as formas intermediárias entre as diferentes categorias entre trabalho escravo, assalariado, autônomo, etc. são definidas com tons mais fluidos do que nítidos. (LINDEN, 2013, p. 28-31)

A historiadora portuguesa Raquel Varela, em uma resenha a respeito da obra *Trabalhadores do Mundo*, opina que as indagações feitas pelo autor surgem mais no sentido de complementar a obra de Marx do que de se contrapor a ela. Para Varela, o livro possibilita aos historiadores do trabalho se questionar a respeito de uma possível visão mistificada da classe trabalhadora, já que, – com as devidas mediações – histórica e geograficamente o trabalho nunca foi exclusivamente composto por homens livres assalariados. No entanto, Varela faz algumas importantes ponderações a respeito da noção marxista de classe trabalhadora:

Parece-nos que a definição de Marx de trabalhador livre assalariado é, por outro lado, uma *tendência* e como tendência tem contra tendências ou perturbações que aparentemente não põem em causa o modelo. Porque o que se verifica, neste campo, é que a análise de Marx confirmou-se – sobretudo no que diz respeito aos dois extremos da definição de trabalhadores subalternos – na efetiva tendência para o domínio do trabalho “livre” assalariado, fato que o autor reconhece (...). O que parece ser sugerido no livro é que a inserção num mesmo conceito de categorias como trabalho livre e escravatura comercial tem sobretudo relevo no estudo da história do trabalho no período de formação do capitalismo (que é desigual conforme os países), permitindo ao autor, por exemplo, introduzir a dimensão do conflito, protesto e mesmo greve (abandono do local de produção) entre escravos e senhores, abrindo os historiadores do trabalho à perspectiva científica de conflitualidade social e não de mera estratificação social no período da escravatura comercial. A segunda questão da afirmação de que Marx elaborou um modelo de análise e transformação da realidade diz respeito ao valor da política, ou dito de outra forma, ao debate da análise dos fatores subjetivos na investigação histórica. Parece consensual que Marx não se limitou a interpretar o mundo e a sua noção de classe trabalhadora, para além de realçar uma tendência que historicamente se verificou de facto, tinha um propósito transformador. Não era, cremos, exclusivamente um conceito histórico-analítico baseado na lei do valor, mas continha em si uma análise política e subjetiva da realidade. (VARELA, 2010, p.372)

Como bem pontua Varela, as condições objetivas presentes e os avanços subjetivos verificados nos países analisados de forma prioritária por Marx, estão diretamente ligados ao grande potencial de transformação constatado pelo autor nesses mesmos espaços, não significando uma negligência de sua parte em relação aos países de capitalismo periférico, (ou não europeus) e suas diferentes formas de trabalho.

Trazendo para a realidade brasileira e especialmente a carioca entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, as contribuições do historiador marxista já citado Marcelo Badaró Mattos em suas pesquisas sobre o processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, respondem boa parte das inquietações expostas pelos historiadores no que tange à quais setores abarcar dentro do conceito de classe trabalhadora. Como expressa Mattos, podemos observar que se constituem como indissociáveis os conflitos existentes no universo escravista entre os próprios escravos e seus senhores, dos conflitos subsequentes (e muitas vezes simultâneos) no mercado de trabalho assalariado. Embora esses sujeitos não tivessem uma consciência já formada ou “madura”, possuíam vários elementos que os permitiam reconhecer-se enquanto um grupo que possuía interesses antagônicos ao grupo a qual eram subordinados. Segue o trecho:

Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano, que protestos coletivos de uns e outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados. (MATTOS, 2008, p. 21)

Como na história nada se inicia da “estaca zero”, acreditamos que vários elementos foram se desenvolvendo ao longo desse período no processo de “fazer-se” da classe de modo a forjá-la num estado mais maduro, o que engloba sua consciência de classe. Assim, concordamos com Mattos quando o historiador parte da concepção de classe trabalhadora do próprio Marx para defender sua posição de que a história do

trabalhador escravizado não é uma experiência descolada da realidade do trabalhador “livre” e assalariado, e que inclusive, esses não são pólos antagônicos e excludentes.

Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe trabalhadora. No entanto, a definição de classe trabalhadora proposta por Marx, como vimos, vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política. Incluindo tal dimensão política, podemos atentar para a seguinte questão: se os trabalhadores escravizados já viviam (na segunda metade do século XIX) uma situação em algum nível marcada pela subsunção formal ao capital e até mesmo, em certos casos, o imperativo do mercado, não seria possível que eles tivessem desenvolvido uma consciência de classe análoga à dos trabalhadores ingleses da época da revolução industrial? (MATTOS, 2013, p.107-108)

Nesse sentido, a dimensão política da definição marxista de classe trabalhadora que cita o autor, está diretamente ligada não só ao relativo nível da subsunção formal do trabalhador escravizado ao capital, mas também ao contexto de luta de classes em que estavam inseridos esses sujeitos, processo esse que permitia o desenvolvimento de sua consciência de classe, como complementa a concepção relacional de Thompson e reafirmada pelo autor.

Portanto, ainda que tenhamos bastante a avançar no campo da história social do trabalho, acreditamos ser necessário partir das contribuições deixadas pelas clássicas obras de Marx e Engels e seus posteriores intérpretes, que longe de representarem uma leitura determinista ou economicista da sociedade, deixaram não só um método crítico de análise imbuído de uma perspectiva totalizante da realidade, mas também um legado político para os reais agentes transformadores no modo de produção capitalista: os trabalhadores.

### **Referências Bibliográficas**

BATALHA, Claudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. “Os desafios atuais na história do trabalho”, *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p. 87-104, jan//dez. 2006.

DE VITO, Christian. “New perspectives on global history. Introduction”, *Workers of the World*, v.1, n.3, 2013.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, v.16, 1998

LINDEN, Marcel Van der. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”, *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho de 2009

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma História Global do Trabalho*, Campinas, Edunicamp, 2013.

MARX, Karl. *O Capital*, vol.1. São Paulo, Boitempo, 2013, p. 821.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5.ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró “*A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico*” in *Revista Outubro*, n.21, 2º semestre de 2013.

PALMER, Bryan D. Review of *Workers of the World*, *Labour/Le Travail*, 65, 2010.

TERRA, Paulo Cruz; POPINIGIS, Fabiane. “As diversas formas de exploração do trabalho e de organização dos trabalhadores no âmbito da produção do GT Mundos do Trabalho”, paper presented at He Congreso Latinoamericano y del Caribe de Trabajo y Trabajadores, 2-8 may 2017, La Paz.

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

VARELA, Raquel. “Quem é a classe trabalhadora?” In: *Cad. AEL*, v.17, n.29, Campinas, 2010.

WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo, A renovação do materialismo histórico, São Paulo: Boitempo, 2003.